

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo de Referência 154/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
154/2026	110001-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	SERGIO WILLIAM DE OLIVEIRA	23/06/2026 12:16 (v 0.21)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	181/2026	00087.000595/2026-38

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa para fornecimento de combustíveis, **sob demanda**, dos tipos etanol, gasolina comum e óleo diesel S-10, para o Ponto de Abastecimento da Presidência da República, que realiza o abastecimento dos veículos automotores integrantes da frota da Presidência da República e motores navais e de outros órgãos que compõem a Segurança dos Palácios e Residências Oficiais.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	Preço médio por Litro R\$ (ANP)	Média do percentual de desconto (%)	Valor Total Estimado
1	Etanol	486024	litro	121.000	R\$ 4,18	4,60 %	R\$ 505.780,00
2	Gasolina Comum	461506	litro	298.880	R\$ 6,56	3,37 %	R\$ 1.960.652,80
3	Óleo Diesel tipo S-10	461552	litro	160.546	R\$ 6,95	3,06 %	R\$ 1.115.794,70
TOTAL							3.582.227,50

1.2. O objeto desta contratação são caracterizados como comuns, por se enquadrar no Art. 6º Inciso XIII da Lei 14.133, de 1º abril de 2021, cujo o padrão de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.3. O Objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 5 (cinco) anos na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O fornecimento contínuo é enquadrado como continuado tendo em vista, que não pode haver descontinuidade no fornecimento, uma vez que é necessária manter as atividades do órgão de forma permanente e renovada, sem que haja interrupção. Nesse sentido, O fornecimento contínuo de combustível cumpre o requisito de continuidade, considerando que a ruptura desse suprimento compromete a segurança e a continuidade dos serviços de locomoção da Presidência da República e de seus órgãos essenciais, na Capital Federal, em posto de abastecimento de propriedade da União instalado nas dependências da Coordenação-Geral de Transporte – COTRAN, que atendem as maiores autoridades do país.

1.5.1. Ademais, no que se refere a segurança, esta Coordenação-Geral de Transporte em consulta à Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial/GSI sobre a necessidade de se manter a estrutura da Presidência da República, oportunidade em que cogitou a contratação de empresa para a gestão de frota e abastecimento, a Secretaria manifestou, por intermédio do Memorando nº 737/SCP/DSEG/CGLOG/AUX/GSI/PR SUPER nº 0277354, a necessidade de manutenção dos abastecimentos dos veículos operacionais de segurança Presidencial de forma diferenciada e continua, considerando a natureza dos veículos, que, em situações extremas de terrorismo, atentados, greves de petroleiros, dentre outros, é necessária uma estrutura que permita a continuidade do fornecimento.

1.5.2. A pretensa contratação de empresa especializada no ramo de fornecimento de combustível garante a segurança, permitindo que os veículos da administração pública estejam sempre abastecidos, evitando eventuais interrupções no seu funcionamento, o que poderiam comprometer sensivelmente a segurança do Presidente da República, Vice-Presidente e demais autoridades, na realização de suas atividades Institucionais.

1.5.3. Assim sendo, vislumbra-se que o fornecimento contínuo de combustíveis é de extrema necessidade para a Presidência da República considerando as consequências indesejáveis, mencionadas pela Secretaria de Segurança, em caso de descontinuidade do objeto, em questão, em situações anormais, como atentados, agravamento de manifestações, greves etc.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.7. Os percentuais de desconto estimados da planilha serão os considerados como mínimos para aceitação da proposta pela Presidência da República.

1.8. O critério de julgamento da licitação será o maior percentual de desconto, por item, observadas as exigências contidas neste Termo de Referência.

1.9. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens (CATMAT) são os discriminados na tabela acima.

1.10. Custo estimado da contratação, para o ano de 2026, é de **3.582.227,50 (três milhões quinhentos e oitenta duzentos e vinte mil e cinquenta centavos)**, sendo que o percentual mínimo de desconto é de **4,60% (quatro ponto sessenta por cento)** para o item 1, para o item 2 o percentual de desconto mínimo é de **3,37% (três ponto trinta e sete por cento)** e para o item 3 e de **3,06% (três ponto zero seis por cento)**, conforme demonstrou a pesquisa de preços realizada obedecendo os parâmetros definidos pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. . O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual - PCA 2026, conforme detalhamento a seguir:

ITEM 1 - MATERIAL

- I) **ID PCA no PNCP:** 00394411000109-0-000005/2026
- II) Data de publicação no PNCP: 09/04/2026
- III) Id do item no PCA: 261
- IV) **Classe/Grupo:** 9130 - COMBUSTÍVEIS E PROPELENTES LÍQUIDOS À BASE DE PETRÓLEO
- V) Identificador da Futura Contratação: 110001-181/2026

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.2. A contratada deverá aplicar os critérios básicos e diretrizes gerais para avaliações de impacto ambiental disposto na Resolução CONAMA nº 1º, de 23 de janeiro de 1986.

4.3. Adotar os procedimentos da Instrução Normativa nº 28, de 11 de agosto de 2020 – IBRAM/DF, que estabelece os procedimentos para o licenciamento ambiental de postos revendedores, pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e posto revendedor lacustre e dá outros procedimentos.

4.4. Relacionar práticas de sustentabilidade, no que couber, contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no Decreto nº 7.746, de 05/06/2012, da Casa Civil da Presidência da República.

4.5. Dentre as recomendações voltadas para sustentabilidade ambiental, o fornecimento contínuo, deve apresentar, na medida do possível, as diretrizes sustentáveis estabelecidas no Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, tais como menor impacto sobre os recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água, dando preferência a materiais ecologicamente corretos, maior vida útil e menor custo.

Plano de Logística Sustentável

4.6. O Plano Diretor de Logística Sustentável (PDLS) da Presidência da República procura garantir o alinhamento das aquisições de bens e contratações de serviços ao planejamento estratégico integrado da Presidência da República, bem como aos demais instrumentos de governança existentes.

4.7. O PDLS apresenta os eixos temáticos que considera objetivos e ações referentes a critérios e práticas de sustentabilidade nas compras da Presidência da República a serem implementados durante todo o ciclo da contratação, sendo as seguintes ações que se adequam à demanda de itens para manutenção e conservação do patrimônio natural.

4.7.1. No Plano de Metas e Ações contempla:

a) Orientar a equipe de planejamento visando alinhar e inserir na contratação de bens e serviços obrigações referentes a melhores práticas da gestão de resíduos conforme a meta prevista no Eixo 1 constante no Plano de Metas e Ações do PDLS. A contratação adequa-se ao Processo de Gerenciamento de Resíduos (SEI 00087.000512/2025-20).

b) Aumentar o percentual de contratações com critérios de sustentabilidade e formalização dos critérios de padronização com vista na inserção, quando couber, dos critérios de sustentabilidade conforme as ações do Eixo 3 constante no Plano de Metas e Ações do PDLS alinhado com a legislação vigente e o Caderno de Logística Sustentável do MGI. A Presente contratação se adequa aos Eixo 1 e 3 DO PDLS e Instrução Normativa nº 28, de 11 de agosto de 2020 - IBRAM/DF (Licença de Operação SEI-GDF nº 86/2025-IBRAM-DF - SEI 7250226), publicados no Jornal de Brasília de 5 de janeiro de 2026 e Diário Oficial do Distrito Federal de 23 de janeiro de 2026

Subcontratação

4.8. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.9. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelo motivo da entrega ser por demanda, não importando em consideráveis riscos de prejuízos à Administração em razão do inadimplemento do contratado, uma vez que o valor é faturado por demanda nas quantidades solicitadas pelo fiscal de contrato.

Vistoria

4.10. A avaliação prévia do local de execução do fornecimento é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das **9h às 12h e das 14h às 17h**, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone **(61) 3411 3311**.

4.11. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.12. Para a vistoria o proponente, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para o ato.

4.13. Por ocasião da vistoria, ao proponente, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

4.14. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.15. A não realização de vistoria não poderá ser alegada como fundamento para o inadimplemento total ou parcial de obrigações previstas em quaisquer documentos integrantes do termo de referência.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de entrega

5.1. O prazo de entrega dos produtos é de 72 horas, contado a partir da formalização da solicitação, via e-mail, pelo Gestor de Contrato.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelos menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior devidamente comprovado por escrito.

5.3. A entrega de produtos deve ocorrer em horário das **8h às 11h e das 14h às 17h**, no endereço via N2, na Coordenação-Geral de Transporte - COTRAN, fundos do Palácio do Planalto, em Brasília-DF, (Garagem da Presidência da República), em Coordenação-Geral de Transporte, ao Gestor do Contrato por meio do telefone (61) 3411-2548.

5.4. Eventual recebimento dos combustíveis aos sábados, domingos e feriados dependerá exclusivamente de autorização prévia e formal do Gestor do Contrato, que poderá, eventualmente, solicitar a entrega nesse período desde que respeitados os prazos estipulados no presente Termo.

5.5. O fornecimento/entrega do produto não acarretará, em nenhuma hipótese, qualquer ônus para a Presidência da República.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.6. O prazo de garantia é aquele estabelecido pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que

conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III).

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima do Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima do Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por hora de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 dias;

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem **7.1**, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem **7.1**, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

7.2.4.4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem **7.1**, a multa será de 1% (hum por cento) a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato..

7.2.4.5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem **7.1**, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

7.2.4.6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem **7.1**, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (**art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021**).

7.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (**art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021**).

7.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.4.3. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente

7.4.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do **art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021**, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.5.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.5.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b. as peculiaridades do caso concreto;
- c. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d. os danos que dela provierem para o Contratante;
- e. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.7. Os atos previstos como infrações administrativas na **Lei nº 14.133, de 2021**, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na **Lei nº 12.846, de 2013**, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (**Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021**)

7.9.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do **art. 163 da Lei nº 14.133/21**.

7.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da **Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022**.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, [§3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.13 o prazo de validade;

8.13.1. a data da emissão;

8.13.2. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.13.3. o período respectivo de execução do contrato;

8.13.4. o valor a pagar; e

8.13.5. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.14. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.15. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.16. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.17. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.18. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.19. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.20. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.21. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.22. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

Forma de pagamento

8.23. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.25. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.26. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.27. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.28. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.28.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.28.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.28.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

8.28.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8.29 O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regida.

Reajuste

8.30. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 26/MAI/2026.

8.31. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)**, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.32. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.33. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

8.34. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.35. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.36 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.37 O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO**.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será continuado, sob demanda

Exigências de Habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

9.3.1. Declaração que nem a empresa declarante, nem seu representante legal, nem seus controladores, nem seus sócios, nem seus administradores, nem seus prepostos estão sendo investigados.

9.3.1.1. Sob a coordenação do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e execução da Secretaria de Segurança Presidencial, a proteção do Presidente da República, do Vice-Presidente e de seus respectivos familiares envolve medidas indispensáveis à preservação da Segurança Nacional. Para tanto, a eficácia dessa blindagem institucional requer o monitoramento contínuo de prestadores de serviços e fornecedores de insumos cujas atividades possam impactar a integridade de autoridades que utilizam a frota oficial, visto que os veículos são abastecidos no posto de combustível sob a responsabilidade da DILOG/COTRAN. Desse modo, considerando investigações em curso no setor de combustíveis, a mitigação de riscos à Segurança de Estado exige extrema cautela administrativa na seleção desses agentes. Por todo o exposto, visando a garantir a integridade no pregão eletrônico para a aquisição de combustíveis (etanol, gasolina e diesel), será exigida das licitantes, como requisito de habilitação, a apresentação de declaração, conforme modelo constante do Apêndice V deste Termo de Referência, de que nem a empresa declarante, nem seu representante legal, nem seus controladores, nem seus sócios, nem seus administradores, nem seus prepostos estão sendo investigados, ou estão respondendo processos penais, ou tenham sido condenados pela prática de crimes durante a exploração de atividade econômica no setor de combustíveis, especialmente os previstos pela Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991, pela Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, pela Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998, pelos arts. 168-A, 171, 333 e 337-A e pelo Capítulo II-B do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), pela Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e pela Lei nº 15.358, de 24 de março de 2026.

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

9.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

9.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso

9.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

9.17. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

9.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico Financeira

9.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples.

9.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II).

9.22. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio de aplicação das seguintes formulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.23. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado da contratação.

9.24. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação[A1] .

9.25. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.26. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped

9.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.29. Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da **contratação**.

9.29.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação[A2] .

9.30. Registro de Distribuidor de acordo com a Resolução ANP nº 950, de 2023.

Disposições gerais sobre habilitação

9.31. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.32. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.33. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.34. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.35. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Valor (R\$): 3.582.227,50 (três milhões quinhentos e oitenta e dois mil duzentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos)

10.1. O valor de referência para a aplicação do maior desconto corresponde a **3.582.227,50 (três milhões quinhentos e oitenta e dois mil duzentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos)**, conforme os custos unitários demonstrados na tabela do item 1.1., deste Termo.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.3. Nos valores acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro, montagem dos equipamentos e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2026, na Unidade Gestora 110001 – Secretaria de Administração /Presidência da República

11.2. Após aprovação deste Termo de Referência, será indicada disponibilidade orçamentária, através de Pré-Empenho, indicando os recursos necessários ou de outro documento comprobatório.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Na análise das propostas será verificado o cumprimento de todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência. Será considerado o critério de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, ficando determinado que será vencedor o licitante que apresentar **o maior percentual de desconto, por item**, sobre os preços médios mensais de combustíveis (Síntese dos Preços Praticados – Brasil) para os itens 1, 2 e 3 em Brasília, divulgados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, disponível no sítio eletrônico www.anp.gov.br, observadas as exigências contidas neste Termo de Referência.

12.1.1. Será utilizada como referência, a mais atualizada tabela de preços médios mensais de combustíveis divulgada pela ANP em seu sítio eletrônico.

12.2. Foi utilizada a última versão do modelo de Termo de Referência (dezembro/2025) do Modelo de Compras da AGU, em razão das alterações em relação à versão de Abril/2025.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

13.1. São obrigações do Contratante:

13.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

13.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

13.4. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

13.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

13.6. recusar os combustíveis no caso de:

- a. violação do lacre do reservatório do caminhão que transporta os combustíveis a ser entregue, bem como divergência entre o número do lacre existente e o constante na Nota Fiscal/Fatura por ocasião da entrega;
- b. densidade fora dos padrões;
- c. erro quanto ao produto solicitado;
- d. volume menor ou maior que o solicitado; e
- e. quando o veículo utilizado e/ou o motorista que conduz o mesmo estiverem em desacordo com as normas existentes para o transporte de combustíveis

13.7. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

13.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

13.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

13.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

13.10.1. A Administração terá o prazo de *10 (dez) dias úteis*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

13.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de *10 (dez) dias úteis*.

13.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

13.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

13.14. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

13.15. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

13.16. comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

13.17. atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

13.18. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

13.19. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

13.20. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

13.21. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

13.22. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

13.22.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

13.22.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

13.23.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO.

13.23.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

13.23.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

13.23. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato.

13.24. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

13.25. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

13.26. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

13.27. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

13.28. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

13.29. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

13.30. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

13.31. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

13.32. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

13.33. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

13.34. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

13.35. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

13.36. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

- 13.37.** Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 13.38.** Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 13.39.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 13.40.** Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 13.41.** Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 13.42.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 13.43.** Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 13.44.** garantir a qualidade dos combustíveis fornecido de acordo com as especificações e normas da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP e INMETRO;
- 13.45.** apresentar documentos que comprovem a procedência dos combustíveis junto à Nota Fiscal e o Boletim de Conformidade (teste de qualidade);
- 13.46.** prestar esclarecimentos que forem solicitados pela Presidência da República, obrigando-se a atender, de imediato, todas as determinações relativas à solução de problemas de qualidade dos combustíveis;
- 13.47.** não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o fornecimento dos combustíveis objeto deste Termo de Referência;
- 13.48.** fornecer aos seus empregados todos os equipamentos de proteção individual e os equipamentos de segurança do veículo de caráter rotineiro para descarga, bem como cumprir e fazer cumprir todas as normas sobre medicina e segurança do trabalho;
- 13.49.** substituir, às suas expensas, os combustíveis recusado pela Presidência da República no prazo máximo de 24 horas, contado da formalização da recusa;
- 13.50.** efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva Nota Fiscal/Fatura, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante e procedência.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

APÊNDICE III

DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DE VISTORIA

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante), doravante denominada licitante, para fins do **item 4.9** do Termo de Referência, declara, sob as penas da lei, que:

Tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do objeto, assumindo total responsabilidade pela prestação dos serviços, e que não haverá quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras para a Presidência da República.

(Local), (UF), ____ de _____ de 2026.

Representante legal da licitante – ID – CPF

15. GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1. Não haverá exigência de garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudos Técnicos Preliminares, por se tratar de bens de natureza comum.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Processo SEI/PR nº 00087.000595/2026-38; Documento Formalização Demanda (SEI/PR 7623540); Portaria de Designação da Equipe de Planejamento da Contratação Portaria nº 180 (SEI/PR 7624324).

SERGIO WILLIAM DE OLIVEIRA

Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 23/06/2026 às 12:14:14.

Despacho: Processo SEI/PR nº 00087.000595/2026-38; Documento Formalização Demanda (SEI/PR 7623540); Portaria de Designação da Equipe de Planejamento da Contratação Portaria nº 180 (SEI/PR 7624324).

TARCISIO TAVARES DE MELO

Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 23/06/2026 às 12:16:47.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 2 - Apendice I - Modelo Proposta de Precos.pdf (49.86 KB)
- Anexo II - 3 - Apendice II - Modelo de Atestado de Vistoria.pdf (27.25 KB)
- Anexo III - 4 - Apendice III - Declaracao Pleno Conhecimento de Vistoria.pdf (26.59 KB)
- Anexo IV - 5 - Apendice IV - Mapa de Localizacao Empreendimento.pdf (61.57 KB)
- Anexo V - 6 - Apendice V - Declaracao que nao responde a processos.pdf (32.02 KB)
- Anexo VI - ETP 077-2026 e seus anexos.pdf (684.94 KB)

APÊNDICE I

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

(Proposta Comercial)

Referência: Pregão, na forma eletrônica, Nº XXX/2026

Data de Abertura: ____ / ____ / 2026

Item	Descrição /Especificação	Unidade	Quantidade	Preço Total Estimado	Percentual de desconto (%)
1	Etanol	Litro	121.000	R\$ 505.780,00	(*)
2	Gasolina Comum	Litro	298.880	R\$ 1.960.652,80	(*)
3	Óleo Diesel tipo S-10	Litro	160.546	R\$ 1.115.794,70	(*)

(*) O **PERCENTUAL DE DESCONTO** é o que deve ser cadastrado no Sistema de Compras do Governo Federal

1 Observações:

1.1 Prazo de validade da proposta de ____ (____) dias, a contar da data de sua apresentação. **(No mínimo, 60 (sessenta) dias)**

3 Dados da empresa:

Empresa/Razão Social:

Endereço:

CEP:

CNPJ:

Telefone:

Banco:

Agência:

Conta-Corrente:

4 Qualificação do preposto autorizado a firmar o Contrato:

Nome completo:

_____, ____ de _____ de 2026.

(Nome completo do declarante (Responsável legal))

APÊNDICE II

MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA

_____(nome da empresa)_____, CNPJ nº_____, sediada _____
(endereço)_____, por intermédio de seu representante legal infra-assinado, e para os fins do Pregão na
forma Eletrônica nº ____/_____, processo nº _____._____/_____-_____, ATESTA que vistoriou as estruturas e
instalações objeto deste, estando ciente de seus respectivos estados, não podendo, em hipótese alguma, alegar
desconhecimento das peculiaridades porventura existentes, para efeito da elaboração das propostas e execução
do contrato.

Local, __ de _____ de ____.

Assinatura e nome do representante legal da empresa

VISTO: EM ____/____/_____

Assinatura e nome do representante da PR e carimbo

OBSERVAÇÕES:

As visitas deverão ser realizadas por pessoa indicada pela licitante, a qual deverá estar de posse de documento de identidade e de Carta de Representação onde conste: nome, nº do CNPJ, endereço e telefone da empresa, bem como identidade, nome completo e assinatura do responsável pela empresa e dados do representante, até segundo dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, devendo ser previamente agendadas pelo telefone: (61) 3411 3311, das 9h as 12h e das 14h as 17h.

APÊNDICE III

DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DE VISTORIA

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante), doravante denominada licitante, para fins do **item 4.9** do Termo de Referência, declara, sob as penas da lei, que:

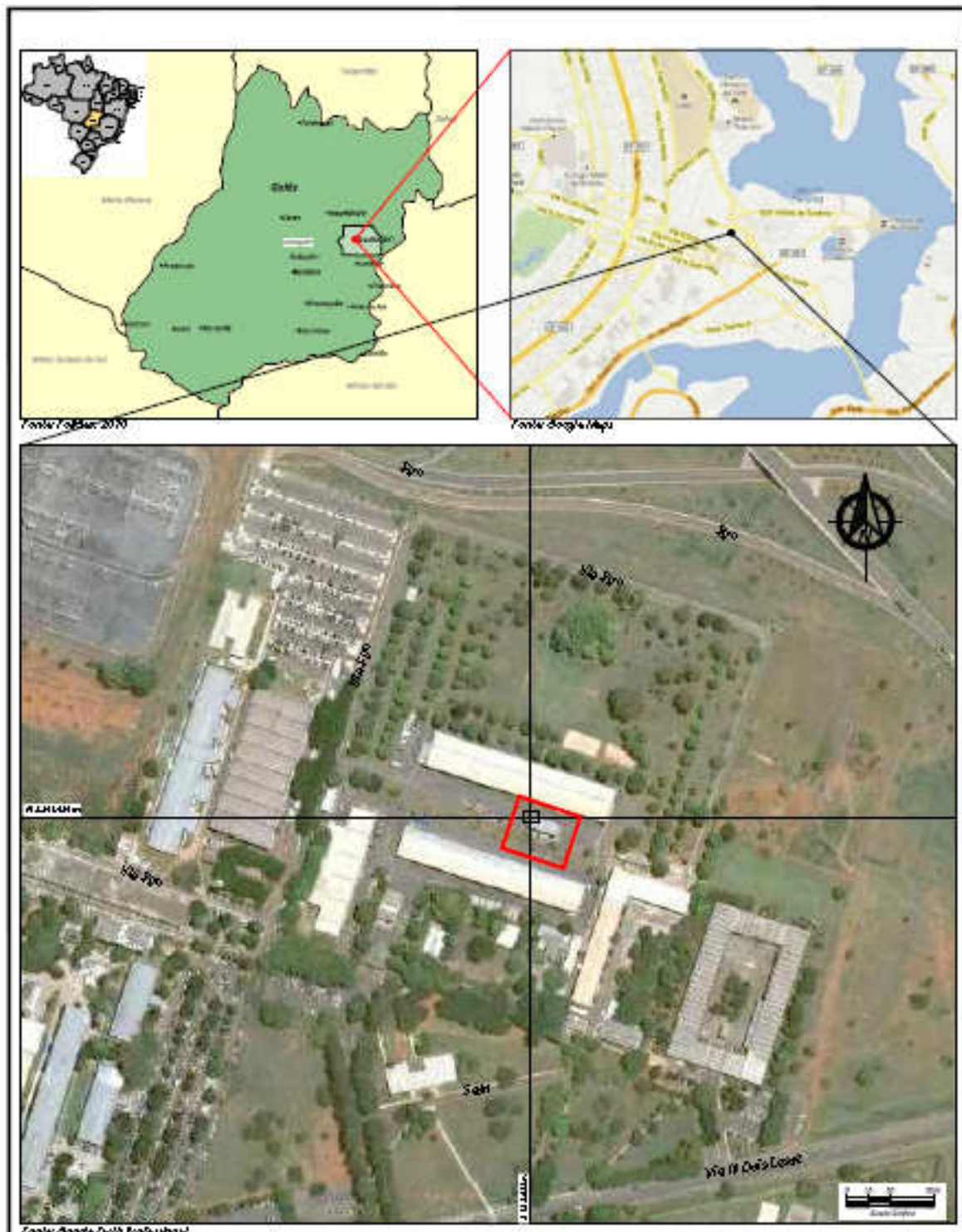
Tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do objeto, assumindo total responsabilidade pela prestação dos serviços, e que não haverá quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras para a Presidência da República.

(Local), (UF), ____ de _____ de 2026.

Representante legal da licitante – ID – CPF

APENDICE IV

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO E VIAS DE ACESSO



COTRAN (Posto de Combustível)
UTM: N 8.251.635m/E 193.655m
ZONA 22L – Datum SAD-69 (Brasil)

 (Limite da área do Ponto de Abastecimento)

APÊNDICE V

DECLARAÇÃO QUE NEM A EMPRESA DECLARANTE, NEM SEU REPRESENTANTE LEGAL, NEM SEUS CONTROLADORES, NEM SEUS SÓCIOS, NEM SEUS ADMINISTRADORES, NEM SEUS PREPOSTOS ESTÃO SENDO INVESTIGADOS.

Visando atender às exigências do Edital do Pregão Eletrônico nº __/2026, declaramos expressamente que nem a empresa declarante, nem seu representante legal, nem seus controladores, nem seus sócios, nem seus administradores, nem seus prepostos estão sendo investigados, ou estão respondendo processos penais, ou tenham sido condenados pela prática de crimes durante a exploração de atividade econômica no setor de combustíveis, especialmente os previstos pela Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991, pela Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, pela Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998, pelos arts. 168-A, 171, 333 e 337-A e pelo Capítulo II-B do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), pela Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e pela Lei nº 15.358, de 24 de março de 2026.

Outrossim, declaramos estar cientes de que a prestação de informações falsas sujeitará esta empresa às sanções administrativas e penais cabíveis, nos termos da legislação vigente.

(Local), (UF), ____ de _____ de 2026.

Representante legal da licitante – ID – CPF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Estudo Técnico Preliminar 77/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 00087.000595/2026-38

2. Objeto

Trata-se de estudos técnicos preliminares que visa a Contratação de empresa para fornecimento de combustíveis, **sob demanda**, dos tipos etanol, gasolina comum e óleo diesel S-10, para o Ponto de Abastecimento da Presidência da República, que realiza o abastecimento dos veículos automotores integrantes da frota da Presidência da República e motores navais e de outros órgãos que compõem a Segurança dos Palácios e Residências Oficiais.

3. Descrição da necessidade

A contratação visa suprir as demandas dos veículos e equipamentos de propriedade da Presidência da República e de seus órgãos essenciais e órgãos que compõem a Segurança dos Palácios e Residências Oficiais, na Capital Federal, em posto de abastecimento de propriedade da união instalado nas dependências da Coordenação-Geral de Transporte.

Atualmente, este tipo de fornecimento contínuo é atendido por meio do **Contrato nº 29/2025**, que de acordo com a manifestação da Autoridade Competente não será renovado (7623534).

Em 16 de março de 2026, foi submetida a apreciação do Diretor de Recursos Logísticos o Ofício nº 442/2026/CGLOG/DLOG/SPR/GSI/PR, solicitando apoio em fornecimento de combustível para OM do Exército Brasileiro (SEI 7603305). Anexo a presente documentação foi encaminhado a necessidade de Combustível junto ao GSI (7413487).

Em 30 de março de 2026, em atendimento a demanda constante documento SEI 7603305), foi encaminhado pelo COTRAN/PR o Despacho SEI 7452984, ao Diretor de Recursos Logísticos, informando que com base no levantamento realizado, e tendo como referência o Relatório "Gastos com Unidades Militares 2024 e 2025" (7451916), informo que esta Coordenação-Geral de Transporte possui condições de prestar apoio, conforme a necessidade de Combustível (7413487), ao Batalhão da Guarda Presidencial (BGP) e ao Regimento de Cavalaria de Guardas (RCGd), com a disponibilização de até 500 (quinhentos) litros de óleo diesel mensais para cada Organização Militar.

Ainda com base nas informações prestadas, salientou que o eventual incremento no fornecimento supracitado, conforme Relatório de Combustível da COTRAN (7452774) **implicará a necessária de formalização de termo aditivo contratual**.

Em 1º de abril de 2026, em atendimento a demanda constante documento SEI 7603305), encaminhado pelo Diretor de Recursos Logísticos no Ofício nº 442/2026/CGLOG/DLOG/SPR/GSI/PR (7603305), considerando a manifestação pela Coordenação-Geral de Transporte com base no levantamento realizado, foi encaminhado pelo Diretor de Recursos Logísticos/SA/PR, a seguinte informação:

Considerando a manifestação pela Coordenação-Geral de Transporte com base no levantamento realizado, que teve como referência o Relatório "Gastos com Unidades Militares 2024 e 2025" (7451916), informo que nas condições atuais de logística de abastecimento de veículos pela COTRAN, até agosto de 2026, mês que **iniciaremos novo processo de compra de combustíveis**, podemos disponibilizar mensalmente até 500 (quinhentos) litros de óleo diesel para cada Organização Militar em destaque.

Adicionalmente, poderemos prover apoio logístico de combustível às ações vinculadas ao Plano Escudo, bem como às atividades de batedores/escolta, quando acionadas, com vistas ao atendimento das demandas das Organizações Militares empregadas na segurança presidencial. **(grifo nosso)**.

Em Despacho fundamentado pelo Diretor de Recursos Logístico (SEI 7458930), foi informado "que nas condições atuais de logística de abastecimento de veículos pela COTRAN, até agosto de 2026, mês que **iniciaremos novo processo de compra de combustíveis**, podemos disponibilizar mensalmente até 500 (quinhentos) litros de óleo diesel para cada Organização Militar em destaque.

O fornecimento de combustível pela COTRAN deve-se à necessidade de prover abastecimento contínuo e ininterrupto aos veículos e equipamentos de propriedade da Presidência da República, garantindo, desta forma, o atendimento seguro dos serviços essenciais de transporte terrestre e naval, bem como dos geradores de energia do Palácio do Planalto e Palácio da Alvorada e atender aos órgãos que compõem a Segurança dos Palácios e Residências Oficiais.

A Pretensa contratação de empresa especializada no ramo de fornecimento de combustível garante a segurança, permitindo que os veículos da administração pública estejam sempre abastecidos, evitando eventuais interrupções no seu funcionamento, o que poderiam comprometer sensivelmente a segurança do Presidente da República, Vice-Presidente e demais autoridades, na realização de suas atividades institucionais.

Nesse quesito, a pretensa contratação preenche o pressuposto essencial de caracterização de fornecimento contínuo.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SG/SA/DILOG/COTRAN/DIMAB	SÉRGIO WILLIAM DE OLIVEIRA - Chefe DIMAB

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

Registro de Distribuidor de acordo com a Resolução ANP nº 58, de 17 de outubro de 2014 (DOU de 20/10/2014). Para a presente contratação, aplicam-se critérios de sustentabilidade, que deverão constar do Termo de Referência.

Após a homologação da licitação, será firmado Termo de Contrato, que terá vigência a contar da data da sua assinatura por um período de 12 (doze) meses, prorrogável por até 5 (cinco) anos na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021. Para a presente contratação, não se aplica a necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas. Para a presente contratação, não se aplica a elaboração de quadro com soluções de mercado. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço. Esta exigência deverá constar do Edital de Licitações. As obrigações da CONTRATADA e da CONTRATANTE deverão constar do Termo de Referência

6. Levantamento de Mercado

Não foram identificadas, no mercado, soluções alternativas que pudessem acrescentar novas metodologias, tecnologias ou inovações.

7. Descrição da solução como um todo

A descrição da solução como um todo, conforme já minudenciado em tópico anterior desse estudo preliminar, abrange o fornecimento contínuo de combustíveis para o ano de 2026, sob demanda, dos tipos etanol, gasolina comum e óleo diesel tipo S-10, para abastecimento dos veículos automotores integrantes da frota da Presidência da República, embarcações e grupos geradores. A contratação do objeto se dará por intermédio de realização de pregão eletrônico.

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica: após a homologação da licitação, será firmado Termo de Contrato, que terá vigência a contar da data da sua assinatura por um período de 12 (doze) meses, prorrogável por até 5 (cinco) anos na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021; o prazo de entrega dos produtos é de 72 horas, contados a partir da formalização da solicitação, via e-mail, pelo Gestor de Contrato: a entrega de produtos deve ocorrer em horário das 8h às

11h e das 14h às 17h, na via N2, na Coordenação-Geral de Transporte - COTRAN, fundos do Palácio do Planalto, em Brasília-DF, (Garagem da Presidência da República), em Coordenação com o Gestor do Contrato por meio do telefone (61) 3411-2548.

Condições de entrega

O prazo de entrega dos produtos é de 72 horas, contado a partir da formalização da solicitação, via e-mail, pelo Gestor de Contrato.

Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelos menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior devidamente comprovado por escrito.

A entrega de produtos deve ocorrer em horário das **8h às 11h e das 14h às 17h**, no endereço via N2, na Coordenação-Geral de Transporte - COTRAN, fundos do Palácio do Planalto, em Brasília-DF, (Garagem da Presidência da República), em Coordenação-Geral de Transporte, ao Gestor do Contrato por meio do telefone (61) 3411-2548.

Eventual recebimento dos combustíveis aos sábados, domingos e feriados dependerá exclusivamente de autorização prévia e formal do Gestor do Contrato, que poderá, eventualmente, solicitar a entrega nesse período desde que respeitados os prazos estipulados no presente Termo.

O fornecimento/entrega do produto não acarretará, em nenhuma hipótese, qualquer ônus para a Presidência da República.

Garantia, manutenção e assistência técnica

O prazo de garantia é aquele estabelecido pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Recebimento

Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias úteis.

O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º [da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

o prazo de validade;

a data da emissão;

os dados do contrato e do órgão contratante;

o período respectivo de execução do contrato;

o valor a pagar; e

eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como

quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

Forma de pagamento

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES /MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regida.

Reajuste

Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 26/MAI/2026.

Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)**, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O reajuste será realizado por apostilamento.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Para dimensionar as quantidades de etanol, gasolina comum e óleo diesel tipo S-10 para compor a contratação, foi elaborada uma série histórica da contratação do ano de 2025 e 2026, ainda, dos anos de 2024, 2023, 2022 e 2021, bem como uma Planilha com os estudos da quantidade estimada para a nova contratação, tudo seguirá acostado ao Processo Administrativo 00087.000595/2026-38.

Convém esclarecer que, para fins de estimativa de custo, se levou em consideração o preço praticado ao consumidor do Distrito Federal, de acordo com a média praticada fornecida pelo portal da Agência Nacional de Petróleo – ANP do período de 31/05/2026 a 06/06/2026, que também segue acostada ao Processo Administrativo 00087.000595/2026-38.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 3.582.227,50

Média dos Preços - art. 6º , da Instrução Normativa ° 73, de 05 de agosto de 2020.					

Item	Unidade	Quantidade	Preço por litro - Tabela ANP	Valor Estimado	Percentual de Desconto (%) Média
Etanol	litro	121.000	4,18	R\$ 505.780,00	4,60%
Gasolina Comum	litro	298.880	6,56	R\$ 1.960.652,80	3,37%
Óleo Diesel S-10	litro	160.546	6,95	R\$ 1.115.794,70	3,06%
TOTAL				R\$ 3.582.227,50	

1.4.2. Foi efetuada pesquisa para a estimativa de preços prioritariamente no **portal de Preços do Governo Federal** (acessado em 26/05/2026, utilizando como filtro o Código do Material - **486024** - Álcool Anidro, **461506** - Gasolina Comum e **461552** - Óleo Diesel, Ano da Compra - 2026, (SEI 7614591, 7614601) e retornaram como resultado 124 (cento e vinte e quatro) processos licitatórios, onde xx apontaram similaridade com a nossa contratação (7614613, 7614653, 7614679). Foi elaborado pelo Gestor o Relatório da Pesquisa no Pannel de Preços e acostado ao processo a Pesquisa do Pannel de Preços, tudo no processo 00087.000008/2025-20.

1.4.3. Também foi adotado como parâmetro para pesquisa de mercado o contrato anterior do órgão, seguindo orientação contida no Relatório de Auditoria Preventiva nas Contratações SA/SG/PR 08/2021 a 07/2022 (6305673 Pág 10), ressalta-se a sugestão contida no relatório citado quanto à [...] *importância de considerar os valores de contratos anteriores do órgão como parâmetro na realização da pesquisa de preço*" (3633755- Pág. 16).

21. Tendo em vista as situações encontradas, a equipe da CGAC/CISET encaminhou a Nota Técnica nº 10/2021/CGAC/CISET (Sei nº 2847045), alertando o gestor a inserir nos autos do processo de aquisição as justificativas detalhadas para composição do preço de referência, considerando a significativa variação dos valores estimados em relação a contratação anterior. (...)

25. Portanto, em contratações futuras, salienta-se a importância de **considerar os valores de contratos anteriores do órgão como parâmetro na realização da pesquisa de preço**. (grifo nosso).

1.4.3.1. Registra-se que a orientação acima também foi objeto do Relatório CISET de Auditoria Preventiva nas Contratações ago/2022 a dez/2022 (3988250), exarado pela Secretaria de Controle Interno, conforme a Sugestão 1 reproduzida abaixo.

30. **Sugestão 1 Reformular os controles internos, no âmbito dos procedimentos licitatórios, a fim de garantir ampla avaliação do mercado fornecedor, considerando também os valores pactuados em contratos anteriores do próprio órgão, de forma a minimizar o risco de o órgão celebrar contratos com preços superiores aos praticados pelo mercado, considerando as jurisprudências do Tribunal de Contas da união.** (grifo nosso)

1.4.4. Diante de todo exposto, resta evidenciado que a pesquisa de preço foi realizada utilizando o parâmetro previsto no inciso I do Art. 5º da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 65, DE 7 de Julho de 2021, onde deve ser priorizado esse inciso, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos, conforme prevê o §1º do Art. 5º da mesma Instrução. Também foi utilizado a pesquisa de mercado seguindo orientação da CISET contida no Relatório de Auditoria Preventiva nas Contratações SA/SG/PR 08/2021 a 07/2022 (3633755 - Pág. 10).

Desta feita, o valor total da contratação do fornecimento de combustíveis, ficou estimado em **R\$): 3.582.227,50 (três milhões quinhentos e oitenta e dois mil duzentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos)** assim distribuído:

a. Material: **(R\$): 3.582.227,50 (três milhões quinhentos e oitenta e dois mil duzentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos)** para o fornecimento de combustível.

Foi utilizada como referência, a mais atualizada tabela de preços médios mensais de combustíveis divulgada pela ANP do período de 31/05/2026 a 06/06/2026, em seu sítio eletrônico, que segue anexo aos Estudos.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O objeto foi dividido em itens, com vistas a ampliar a competitividade, permitindo a participação de um número maior de licitantes, a fim de obter a proposta mais vantajosa para a Administração.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A contratação pretendida mostra-se autônoma com relação às demais executadas nesta Coordenação- Geral de Transporte, não possuindo qualquer correlação ou interdependência.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Esta contratação está alinhada com o processo interno “Aperfeiçoar a gestão administrativa e a governança”, mais especificamente na atividade “Modernizar a infraestrutura física e tecnológica da Presidência da República”, constantes do Mapa Estratégico do Planejamento Estratégico da Secretaria- Geral/2018-2023

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Atender a demanda de combustíveis, com qualidade e pontualidade, por meio da contratação de empresa especializada para suprir a necessidade de abastecimento dos veículos e equipamentos de propriedade da Presidência da República, com a finalidade de promover a otimização e homogeneização do abastecimento contínuo e ininterrupto, garantindo, desta forma, o atendimento dos serviços de transporte terrestre e naval e dos geradores do Palácio do Planalto e Residências Oficiais, bem como atender outros órgãos que compõem a Segurança dos Palácios e Residências Oficiais.

14. Providências a serem Adotadas

Não serão necessárias providências para adequação do ambiente do órgão para a execução dos serviços da presente contratação.

Os servidores que farão parte da equipe de gestão e fiscalização do contrato foram recentemente capacitados, na própria Presidência da República, para o planejamento da contratação e a fiscalização contratual, nos moldes propostos pela IN 05 /2017 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

15. Possíveis Impactos Ambientais

A contratada deverá aplicar os critérios básicos e diretrizes gerais para avaliação de impacto ambiental disposto na Resolução CONAMA nº 1, de 23 de janeiro de 1986.

Adotar os procedimentos da Instrução Normativa nº 28, de 11 de agosto de 2020 – IBRAM/DF, que estabelece os procedimentos para o licenciamento ambiental de postos revendedores, pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e posto revendedor lacustre e dá outros procedimentos.

Relacionar práticas de sustentabilidade, no que couber, contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI /MPOG e no Decreto nº 7.746, de 05/06/2012, da Casa Civil da Presidência da República

Dentre as recomendações voltadas para sustentabilidade ambiental, a prestação do serviço, deve apresentar, na medida do possível, as diretrizes sustentáveis estabelecidas no Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, tais como menor impacto sobre os recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água, dando preferência a materiais ecologicamente corretos, maior vida útil e menor custo

Plano de Logística Sustentável

O Plano Diretor de Logística Sustentável (PDLS) da Presidência da República procura garantir o alinhamento das aquisições de bens e contratações de serviços ao planejamento estratégico integrado da Presidência da República, bem como aos demais instrumentos de governança existentes.

O PDLS apresenta os eixos temáticos que considera objetivos e ações referentes a critérios e práticas de sustentabilidade nas compras da Presidência da República a serem implementados durante todo o ciclo da contratação, sendo as seguintes ações que se adequam à demanda de itens para manutenção e conservação do patrimônio natural.

No Plano de Metas e Ações contempla:

a) Orientar a equipe de planejamento visando alinhar e inserir na contratação de bens e serviços obrigações referentes a melhores práticas da gestão de resíduos conforme a meta prevista no Eixo 1 constante no Plano de Metas e Ações do PDLS. A contratação adequa-se ao Processo de Gerenciamento de Resíduos (SEI 00087.000512/2025-20) - EIXO 1 DO PDLS.

b) Aumentar o percentual de contratações com critérios de sustentabilidade e formalização dos critérios de padronização com vista na inserção, quando couber, dos critérios de sustentabilidade conforme as ações do Eixo 3 constante no Plano de Metas e Ações do PDLS alinhado com a legislação vigente e o Caderno de Logística Sustentável do MGI. A Presente contratação se adequa aos Eixo 1 e 3 do PDLS e Instrução Normativa nº 28, de 11 de agosto de 2020 - IBRAM /DF (Licença de Operação SEI-GDF nº 86/2025-IBRAM-DF - SEI 7250226), publicados no Jornal de Brasília de 5 de janeiro de 2026 e Diário Oficial do Distrito Federal de 23 de janeiro de 2026.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

A presente contratação mostra-se completamente viável, visto que a Presidência da República não pode privar-se desta contratação em comento, já que é preciso prover os meios necessários ao abastecimento dos veículos, de forma a preservar a segurança das maiores autoridades do país.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Processo SEI/PR nº 00087.000595/2026-20; Documento Formalização Demanda (SEI/PR 00000000); Portaria de Designação da Equipe de Planejamento da Contratação Portaria nº 00 (SEI/PR 00000000).

SERGIO WILLIAM DE OLIVEIRA

Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 22/06/2026 às 14:21:43.

Despacho: Processo SEI/PR nº 00087.000595/2026-20; Documento Formalização Demanda (SEI/PR 00000000); Portaria de Designação da Equipe de Planejamento da Contratação Portaria nº 00 (SEI/PR 00000000).

TARCISIO TAVARES DE MELO

Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 22/06/2026 às 14:23:41.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Mapa Comparativo Propostas.xlsx (22.13 KB)
- Anexo II - ANP.pdf (86.33 KB)

PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA
COORDENAÇÃO-GERAL DE TRANSPORTE
DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E ABASTECIMENTO

Mapa Comparativo de Preços

PESQUISA DE PREÇOS - ETANOL																						
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO						PESQUISA NO PAINEL DE PREÇOS														CONTRATAÇÕES SIMILARES		
Nr	Descrição /Especificação	Unidade	Quantidade	Preço Médio por Litro ANP (*)	Valor total Estimado	Percentual de Desconto	UASG 153031	UASG 987637	UASG 930098	UASG 982757	UASG 928463	UASG 987831	UASG 989403	UASG 393022	UASG 926038	UASG 393011	UASG 929488	UASG 114066	UASG 156679	UASG 982755	UASG 926274	
							%	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	
1	Etanol	Litro	121.000	4,18	R\$ 505.780,00	4,60%	4,10%	6,89%	7,94%	6,32%	6,96%	6,65%	6,62%	4,39%	3,00%	5,10%	6,40%	4,89%	6,26%	6,84%	4,64%	

Percentual de Desconto Estimado (Média de Preços)

Valores Excessivamente baixos
Valores Excessivamente elevados
Valores Médios - Considerados na Pesquisa

Memória de Cálculo	
Percentual Médio	4,60%
Pesquisas Válidas	9

41,42%

PESQUISA DE PREÇOS - GASOLINA																		
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO						PESQUISA NO PAINEL DE PREÇOS									CONTRATAÇÕES SIMILARES			
Nr	Descrição /Especificação	Unidade	Quantidade	Preço Médio por Litro ANP (*)	Valor total Estimado	Percentual de Desconto	UASG 153031	UASG 90002	UASG 987889	UASG 930253	UASG 120268	UASG 980511	UASG 980369	UASG 987637	UASG 980105	Contrato 001/2023 AS	Contrato 054/2023 AS	Contrato 29 2025
2	Gasolina Comum	Litro	298.880	6,56	R\$ 1.960.652,80	3,37%	4,10%	1,00%	1,00%	3,00%	6,55%	2,00%	1,20%	6,67%	6,10%	2,00%	3,00%	10,00%

Percentual de Desconto Estimado (Média de Preços)

Valores Excessivamente baixos
Valores Excessivamente elevados
Valores Médios - Considerados na Pesquisa

Memória de Cálculo	
Percentual Médio	3,37%
Pesquisas Válidas	6

20,20%

PESQUISA DE PREÇOS - DIESEL																							
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO						PESQUISA NO PAINEL DE PREÇOS											CONTRATAÇÕES SIMILARES						
Nr	Descrição /Especificação	Unidade	Quantidade	Preço Médio por Litro ANP (%)	Valor total Estimado	Percentual de Desconto	UASG 153031	UASG 254445	UASG 90002	UASG 455978	UASG 450068	UASG 988511	UASG 987637	UASG 928463	UASG 158719	UASG 987831	UASG 980391	Contrato 001/2023 A5	Contrato 054/2023 A5	Contrato 29/2025			
							%	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)			
3	Óleo Diesel S10	Litro	160.546	6,95	R\$ 1.115.794,70	3,06%	4,10%	6,49%	2,69%	13,15%	1,78%	2,00%	6,32%	6,66%	4,20%	6,66%	6,66%	2,00%	3,00%	6,66%			
							1	2											3		4		5

Percentual de Desconto Estimado (Média de Preços)

Valores Excessivamente baixos
Valores Excessivamente elevados
Valores Médios - Considerados na Pesquisa

Memória de Cálculo	
Percentual Médio	3,06%
Pesquisas Válidas	5

15,30%

R\$ 3.582.227,50

Pesquisa realizada no período 26/05/2026 A 09/06/2026 por:
Sérgio William de Oliveira
E-mail: william.oliveira@presidencia.gov.br

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP
SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA
LEVANTAMENTO DE PREÇOS DE COMBUSTÍVEIS

INTERVALO DE TEMPO: SEMANAL
COMBUSTÍVEL: TODOS
TIPO RELATÓRIO: CAPITAIS

DATA INICIAL	DATA FINAL	ESTADO	MUNICÍPIO	PRODUTO	PREÇO MÉDIO REVENDA
31/05/2026	06/06/2026	DISTRITO FEDERAL	BRASILIA	ETANOL HIDRATADO	4,18
31/05/2026	06/06/2026	DISTRITO FEDERAL	BRASILIA	GASOLINA ADITIVADA	6,77
31/05/2026	06/06/2026	DISTRITO FEDERAL	BRASILIA	GASOLINA COMUM	6,56
31/05/2026	06/06/2026	DISTRITO FEDERAL	BRASILIA	OLEO DIESEL	7,00
31/05/2026	06/06/2026	DISTRITO FEDERAL	BRASILIA	OLEO DIESEL S10	6,95